

A LUDICIDADE COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA

Tamyres Borges de Novais¹
Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra²

Eixo 1 – Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

Resumo: O plano de trabalho de iniciação científica é um recorte do projeto de pesquisa “Práticas Educativas e diferenças na educação infantil: a inclusão entre cores, sons e movimentos”. A fim de investigar acerca do problema de pesquisa: Qual a importância da educação lúdica como ferramenta de inclusão na educação infantil? O objetivo da investigação é que através de pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática, fundamentar e valorizar a ludicidade nas práticas educativas e na inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, partindo do princípio que ao utilizar a ludicidade como facilitadora do processo de inclusão e de ensino aprendizagem coloca a criança como partícipe central dos processos, reconhecendo como sujeito ativo e de direitos. Consideramos que a ludicidade presente em suas várias manifestações agrega inúmeras possibilidades de inclusão, socialização, aprendizado, ressignificação e descobertas da criança com deficiência em relação com o mundo a sua volta.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Criança; Práticas pedagógicas; Ludicidade.

Introdução

O plano de trabalho de iniciação científica surgiu a partir do edital UFMS/PROPP N° 107/2022, sendo um recorte do projeto de pesquisa “Práticas Educativas e diferenças na educação infantil: a inclusão entre cores, sons e movimentos”, com objetivo de investigar a ludicidade e sua importância, como ferramenta pedagógica de inclusão, utilizando da metodologia, revisão bibliográfica, documental, com reuniões virtuais para discutir sobre o tema com o grupo GEPEMUL (Grupo de Estudos e pesquisas em Educação Especial e múltiplas linguagens).

A presente pesquisa aborda a ludicidade como ferramenta pedagógica facilitadora para a promoção da inclusão de crianças com deficiência no ambiente educacional, o avanço do desenvolvimento social, intelectual e físico. Diversas políticas asseguram o direito das crianças com deficiência a educação, independentemente de qualquer limitação, como também destaca o brincar como um dos direitos mais importantes das crianças.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) “[...] toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem [...]”. Além disso esse trabalho busca investigar qual a contribuição da ludicidade na educação infantil referente a perspectiva da inclusão.

O ato de brincar possui importância na formação e desenvolvimento de todos os aspectos das crianças com ou sem deficiências, essas brincadeiras podem ser livres ou

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC (Edital UFMS/PROPP N° 107/2022), com apoio do CNPq, da CAPES e da UFMS. Participante do Grupo de Pesquisa GEPEMUL (Grupo de estudos e pesquisas em Educação Especial e múltiplas linguagens).

² Professora Titular da UFMS – FAED Pedagogia. Coordenadora do GEPEMUL (Grupo de estudos e pesquisas em Educação Especial e múltiplas linguagens).

mediadas pelo professor afim de promover o aprendizado e a inclusão por meio de relações com os seus pares e os adultos.

Na Educação Infantil, a ludicidade deve ser permeada em todos os tempos e espaços, sem determinar a hora de brincar e a hora de aprender, como se fosse duas atividades diferentes, ela deve ser proposta para gerar experiências de aprendizagem e inclusão, como fio condutor das práticas educativas.

Políticas públicas e Educação Infantil

Nas últimas décadas, em termos de legislação brasileira, houve expansão da Educação Infantil. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 7, inciso XXV traz como direito a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 29, também inclui a educação infantil como primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Em 2006 foi publicado pelo Ministério da Educação (MEC) o documento Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação.

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2006, p. 5).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009, afirma que é dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

Dessa forma o direito se estende a todas as crianças, independentemente de sua condição, sendo obrigatório a oferta de educação de qualidade, promovendo experiências e conhecimentos para desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos cognitivos, motor, social, com vinculação desse atendimento a área educacional, não mais de assistencialista, relacionando o brincar e educar, sendo essencial para essa fase de aprendizado.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988).

Todas as atividades devem contemplar o desenvolvimento integral da criança, considerando aspectos como a criatividade, o vocabulário, a imaginação e fazendo sempre ligação com as competências e habilidades proposta pelo Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI. Assim sendo, a brincadeira e a aprendizagem

são concebidas como fonte para o desenvolvimento da criança seguindo a premissa de que existem diversas teorias a respeito da ludicidade as quais afirmam que a brincadeira tem grande importância nos anos iniciais das crianças e principalmente na fase da educação infantil, contribuindo com o desenvolvimento integral da criança.

A brincadeira infantil quase chega a ser o mais precioso instrumento de educação do ensino. É popular a concepção de brincadeira como desocupação, como passatempo a que só se deve dedicar uma hora. Por isso não se costuma ver nenhum valor e, no melhor dos casos, considera-se que ela é a única fraqueza da fase infantil, que ajuda a criança a experimentar o ócio durante certo tempo (Vigotsky, 2004, p. 119).

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, produzido pelo Ministério da Educação, coloca a criança como central no processo de aprendizagem e estabelece 6 (seis) direitos a serem contemplados. São eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. O documento apresenta, também, os campos de experiência criados para orientar a prática docente, que são: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempo, quantidades; e relações e transformações. Da forma como está pensado e organizado, deixa explícito que tem, como prioridade, a presença do brincar como direito (BRASIL, 2018).

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI (Resolução CNE/CEB n. 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2009).

A Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aborda a questão da obrigatoriedade da criança de 04 (quatro) anos na Educação Infantil, a educação básica obrigatória passa a ser dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos.

Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio; II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Brasil, 2013).

Mediante as políticas públicas voltadas para as particularidades das crianças, em seu aprendizado, o estudo da ludicidade como ferramenta pedagógica e de inclusão se torna fundamental, pois surge como abordagem metodológica para a transformação das práticas pedagógicas. Assim, o professor de educação infantil necessita ter formação especializada voltada para as necessidades das crianças com ou sem deficiências, promovendo a educação de qualidade, como mediador do conhecimento e facilitador da aprendizagem, assim “Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade,

continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.” (BRASIL, 2018, p. 9).

Educação Infantil inclusiva e ludicidade

A educação infantil é o espaço privilegiado da aprendizagem infantil, onde é possível assimilar o aprender com o brincar. O lúdico é considerado como importante fator no processo ensino e aprendizagem, pois é na infância que ocorrem interações entre o mundo e o meio em que a criança vive, ocasionando a aprendizagem significativa.

[...] a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Brasil, 2013).

Nessa etapa do ensino, a finalidade que se busca é o desenvolvimento integral da criança até cinco anos idade, sendo nesse momento da vida, que elas descobrem novos valores, sentimentos, costumes, autonomia, identidade e a interação.

A brincadeira e a aprendizagem são concebidas como fonte para o desenvolvimento da criança seguindo a premissa de que “[...] o único bom ensino é o que se adianta ao desenvolvimento [...]” (Vygotsky, 1991, p.12).

A criança nessa idade, possui o brincar como atividade principal, tendo esse espaço para oportunizar o brincar para se expressar, compreender o mundo, entender as relações e os papéis sociais, descobrindo habilidades novas, por meio do contato com objetos, e as experiências fornecidas. O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998, v. 2) apresenta concepções acerca do brincar:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (Brasil, 1998, p. 23).

A infância é uma etapa fundamental na vida da criança, pois ela não nasce sabendo brincar, explorar, ela precisa ser estimulada, mediada, portanto, a importância da educação infantil, tendo profissionais qualificados, propondo meios de gerar aprendizagem significativa.

A criança não nasce sabendo brincar, ela precisa aprender, por meio das interações com outras crianças e com os adultos. Ela descobre em contato com objetos e brinquedos certas formas de uso desses materiais. Observando outras crianças e as intervenções da professora ela aprende novas brincadeiras e suas regras. Depois que aprende, pode reproduzir ou recriar novas brincadeiras. Assim elas vão garantindo a circulação e preservação da cultura lúdica (Kishimoto, 2010, p. 1).

A instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade, sendo a primeira etapa da educação básica, a base para todo o caminho do ensino, promovendo desenvolvimento psicológico, físico, emocional e social da criança.

É importante que a inclusão no sistema educacional inicie na Educação Infantil, é o primeiro contato com a educação formal e, que as crianças terão o convívio com outras crianças se tornando um lugar privilegiado, coletivo, diverso e diferente, sejam em relação a valores, crenças, limitações ou pessoas. Portanto, segundo a Declaração de Salamanca “os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades” (1994).

Diversas vezes há a confusão entre integração e inclusão. A primeira refere-se apenas a agregação do sujeito, não ocasionando mudanças tanto na metodologia, quanto no ambiente propício para a aprendizagem, dando-se a ideia de que a criança com deficiência deve se adequar ao meio, tendo como consequência um posicionamento alheio as propostas de atividades. Enquanto a inclusão toma-se ciência das diferenças, reorganizando o sistema educacional para atender as possíveis dificuldades, de todos e não somente de alguns. É a partir dela que os indivíduos desfrutam do currículo voltado para as particularidades, ocasionando o processo de desenvolvimento de qualidade, visando as potencialidades, não somente incluindo no ambiente escolar, mas na sociedade que estão inseridos.

Logo, a forma que o professor lida com a diversidade, sendo excludente ou de inclusão irá influenciar diretamente na formação dos indivíduos presentes. Portanto, o professor deve ter um olhar atento, buscando mediar o aprendizado que preze pela equidade e o desenvolvimento pleno da criança.

Ludicidade: prática pedagógica e inclusão

O lúdico tem sua origem latina “ludus” que significa jogo, porém o termo lúdico não se refere apenas ao jogar, mas também a brincadeira, brincar, movimentar. Nos tempos antigos, a ludicidade é presente nos relatos do cotidiano dos homo sapiens, retratado nas pinturas rupestres, com cenas lúdicas, significando escritas e desenhos, constituindo histórias de seu povo, rituais, passando de pais a filhos. O lúdico não se limita a recreação, é complementar e natural da atividade humana.

Estudos sobre o homem primitivo, baseado em análises de pinturas e desenhos encontrados nas paredes das cavernas ou através dos elementos que esse homem usava para fabricar ferramentas, armas e utensílios, confirmam que o ser primitivo já brincava, pois registros de brinquedos infantis provenientes de várias culturas que remontam a épocas pré-históricas foram encontrados, ratificando a ação, segundo Huizinga: “Nas sociedades primitivas as atividades que buscavam satisfazer as necessidades vitais, as atividades de sobrevivência, como a caça, assumiam muitas vezes a forma lúdica” (Modesto, 2009 *apud* Huizinga, 2001, p. 07).

A ludicidade se refere a vários meios, como música, dança, pintura, desenho, escultura, teatro, contação de história, jogos, brinquedos e brincadeiras entre outros. Portanto, faz parte da educação, e do desenvolvimento de indivíduos, grupos e culturas.

A criança possui o brincar como atividade principal, para aquisição de conhecimentos, dessa forma, a ludicidade se torna ferramenta pedagógica, trazendo questões sociais, emocionais, psicológicas, físicas e cognitivas para a vida da criança. O

brincar é muito mais sério do que se imagina, pois para a criança é como viver a fantasia e a imaginação, desenvolve potencialidades, conhece seus limites, compreende a si e o mundo, vive e tem experiências dos momentos das brincadeiras de forma ativa e intensiva.

A ludicidade tem a função de auxiliar o desenvolvimento e aprendizado das crianças. De acordo com Kishimoto (2010) o brincar é excelente recurso para observação dos interesses e ações da criança. Pelo brincar, a criança evidencia saberes e interesses, além de propiciar condições para aprendizagens incidentais.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998) apresenta concepções acerca do brincar:

Brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (Brasil, 1998, p. 23).

A criança utilizada da brincadeira para se expressar, usando como forma de comunicação, de prazer, repleto de sentimentos, emoções e das relações humanas, atribuindo significados e sentido ao seu mundo real, por meio da representação na brincadeira. Toda criança necessita brincar, independente de época, cultura, classe social. O brinquedo é a essência da infância, e o brincar, um ato intuitivo e espontâneo que ensina a criança a se colocar na perspectiva do outro. Ela experimenta, descobre, portanto o brincar é indispensável à saúde física, emocional e intelectual da criança.

Na educação Infantil, a ludicidade deve ser permeada em todos os espaços, sendo usada para gerar experiências, pois na infância se encontra o maior nível de exploração para promover atividades que ampliem o conhecimento, de maneiras e propósitos diferentes, ativamente no processo de aprendizagem.

[...] é imprescindível que o educador se revele como um mediador, utilizando uma metodologia que contemple a brincadeira, a imaginação e o jogo como fator de aprendizagem, valorizando o tempo em que a criança se encontra, sob uma ótica que considera a análise da forma de como os homens se relacionam com os meios de produção e como a sociedade se organiza a partir de suas relações e contradições, pois não temos como analisar a criança descontextualizada do meio em que ela vive (Cintra, 2014, p. 94).

A escola, ao considerar a ludicidade como algo fundamental, promoverá a aprendizagem prazerosa e significativa, pois atenderá as particularidades de cada faixa etária na vida das crianças, ampliando e diversificando o acesso a produções culturais, seus conhecimentos, imaginação, criatividade, experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas e sociais.

O lúdico, utilizando das múltiplas linguagens da arte, de jogos e brincadeiras, fornece aspectos para a formação do sujeito. As crianças quando estão brincando, conseguem absorver concepções, ideias, compreensão de muitos conhecimentos, habilidades, socializar, expressar seus sentimentos e angústias, vencer obstáculos, tanto no brincar livre, quanto no dirigido, mediado pelo professor.

Portanto, mediante as inúmeras contribuições da ludicidade na aprendizagem das crianças, é necessário que o professor use dessa ferramenta pedagógica para promover inclusão, permitindo uma interação das crianças com as diferenças, adquirindo conhecimentos novos por meio da socializam com seus pares. As crianças podem trocar experiências, se divertindo neste momento de prazer, e assim possibilitando essa convivência e inclusão, utilizando de sua imaginação, criação, nas diferentes brincadeiras, se humanizando como seres inclusivos e conscientes.

Considerações Finais

A criança em seu direito de brincar, se desenvolve integralmente, constitui sua identidade, compreensão e interpretação do mundo à sua volta, estabelece significados dos objetos ao seu redor sendo a educação infantil, o espaço apropriado para seu desenvolvimento e aprendizado. O lúdico proporciona a inclusão quando permite que crianças com ou sem deficiência possam aprender, socializar e construir relações com outras crianças, criando, brincando e se divertindo em ambientes livres ou mediados pelo professor e diversificados.

Com a mediação do professor, despertar a curiosidade dos alunos com atividades aplicadas de forma lúdica dentro das realizadas regularmente, contribuirá para o desenvolvimento da criança, possibilitando de forma mais fácil a compreensão e a solução de problemas culminando em seu aprendizado. Por meio de práticas educativas lúdicas, a criança consegue se expressar, ser desafiada, promover a convivência com as diferenças e a valorização do convívio coletivo.

Além disso, os marcos legais asseguram o direito a inclusão escolar dos alunos com deficiência que por muito tempo foram segregados da sociedade e o direito ao brincar das crianças. Desta forma, a ludicidade se torna uma ferramenta pedagógica na prática do professor, promovendo educação de qualidade, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral das crianças.

Quando ocorre a brincadeira, a interação seja ela com a música, dança ou a arte em geral, a criança está refletindo o que vê em sua realidade, mas também o que obtém no seu interior, logo a formação do seu caráter e a forma como lida com a diversidade estará presente em suas crenças, valores e atitudes, portanto quanto mais tem contato com o diferente por meio da ludicidade e das relações sociais, mais o indivíduo estará apto para valorizar aspectos afetivos, morais e éticos em relação a deficiência.

Portanto, a educação infantil sendo uma etapa da educação básica desenvolve vários aspectos importantes das crianças e, o professor com a atuação pedagógica qualificada, de maneira lúdica e apropriada para a etapa de desenvolvimento das crianças, promove o sentimento de pertencimento social, levando a compreensão das relações sociais, principalmente na educação, resultando na aprendizagem de todas as crianças com, socialização e aquisição de significados, estabelecendo diálogos com o mundo a sua volta.

Referências

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF. Disponível em: Acesso em: 18/11/2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, DCNEI**, Resolução CNE/CEB n. 5. Brasília: MEC-SEB, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. (Brasília, DF, 1996.)

BRASIL. **Lei Federal nº 12.796**, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. A Educação é a Base. Brasília, MEC-SEB, 2018.

CINTRA, R. C. G. G. Ludicidade e prática docente na educação da criança: Estado da Arte. **Pesquisaeduca**, Santos, v. 06, n. 11, p.84-96, jan-jun. 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca – Espanha, 1994. FOUCAULT, Michel.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens**: O jogo como elemento da cultura. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KHISIMOTO, Tizuko Morchida (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**, São Paulo, Cortez, 13. ed. 2010.

LEONTIEV, A. N., VIGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R. **Psicologia e Pedagogia**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

VIGOTSKI, Lev. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre Artmed. 2004.